

Detalhamento de despesa de pessoal					
Série histórica					
DESPESAS	2020	2021	2022	2023	
Despesa com Pessoal e Encargos	32.382.114,43	35.084.560,79	42.393.612,44	36.150.149,48	Despesa com Pessoal e Encargos: Despesas liquidadas no ano-base com remuneração independente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais, adicionais, abonos, parcelas incorporadas, férias, proventos e pensões), encargos incidentes sobre a folha de pagamento, indenizações judiciais e restituições trabalhistas de magistrados e servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargos em comissão), inativos e instituidores de pensão;
Despesas com Benefícios	4.581.121,65	3.364.073,82	3.637.639,81	3.938.655,51	Despesas com Benefícios: Despesas liquidadas no ano-base com benefícios (auxílio-creche ou auxílio pré-escolar, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, auxílio-invalidez, entre outros), para magistrados, servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), servidores inativos e instituidores de pensão.
Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos	420.290,53	235.939,26	1.013.143,40	838.528,39	Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos: Despesas liquidadas no ano-base com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas com recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), atinentes a magistrados e servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), excluídas as despesas relacionadas no glossário da variáveis: a) Despesa com Pessoal e Encargos e Despesas com Benefícios.
Despesas com Cargos em Comissão	2.068.193,24	2.065.540,45	2.502.709,27	3.118.254,47	Despesas com Cargos em Comissão: Despesas liquidadas no ano-base com o pagamento pelo exercício de cargos em comissão
Despesas com Funções de Confiança	2.334.224,50	2.361.204,72	2.315.396,44	2.443.726,23	Despesas com Função de Confiança: Despesas liquidadas no ano-base com pagamento pelo exercício de funções de confiança.
Despesa com Recursos Humanos de Magistrados	2.374.391,67	2.019.590,31	2.661.882,19	2.567.313,19	Despesa com Recursos Humanos de Magistrados: Despesas liquidadas no ano-base com Pessoal e Encargos, Despesas com Benefícios e outras despesas indenizatórias e indiretas com recursos humanos; relativas a magistrados ativos, inativos e instituidores de pensão (de magistrados).
Despesa com Recursos Humanos de Servidores	39.411.552,68	41.091.728,73	49.200.619,17	43.922.000,89	Despesa com Recursos Humanos de Servidores: Despesas liquidadas no ano-base com Pessoal e Encargos, Despesas com Benefícios e outras despesas indenizatórias e indiretas com recursos humanos; relativas a servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargos em comissão), inativos e instituidores de pensão (de servidores).

Em 2020 e 2022, foram anos eleitorais, o que justifica as variações a maior de um ano para outro. Contudo 2020/2021 foram anos atípicos, devido à Panemia de Covid-19, o que impactou algumas variáveis para mais e outras para menos.

Em 2022, a variação a maior em relação ao ano anterior foi devido ao ingresso de 9 servidores do quadro efetivo, bem como as progressões e ainda na reestruturação dos Cargos e Funções Commissionadas.

Em 2023, foi implementado o aumento de 6% do novo plano de cargos, que incidiram sobre as rubricas dos servidores efetivos, bem como sobre os cargos comissionados, houve também o aumento do auxílio alimentação e pré-escolar.

Ainda em 2023, houve reajuste nas gratificações eleitorais das autoridades, devido ao aumento da remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

No período de 2017 a 2021 teve aumento no número de servidores inativos. No ano de 2017 este Tribunal possuía 13 aposentados em seu quadro de inativos. Já em 2021 esse quadro aumentou para 24 inativos. Por conta disso, houve um aumento significativo nos valores pagos para Inativos, outros fatores que justificam o desvio são o aumento dos valores das mensalidades do plano que saúde e as alterações de valores por mudanças de faixa etária ao longo do referido quadriênio.

Em 2023, novas implementações e participações em cursos e eventos fora do Estado. Aumento nas atividades da Justiça Itinerante em diversas localidades, com ênfase nos locais mais afastados.